

## **SOBERANIA ALIMENTAR NO CONTEXTO DO ATUAL SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBALIZADO**

Janaina Cassia Campos<sup>1</sup>  
Julyana Baroni da Silva<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo visa analisar as relações da soberania alimentar na atual conjuntura do sistema agroalimentar, destacando suas características e especificidades, como os conflitos no campo pelo território e as divergências de meios de produção. Em contrapartida, buscou-se as condições e a possibilidade de considerar ou não determinada região soberana do ponto de vista alimentar, ou seja, que prioriza produzir e distribuir os alimentos para o sustento do povo, ao invés da exportação e beneficição do que é produzido para outros fins.

**Palavras-chave:** soberania alimentar, sistema agroalimentar.

### **Introdução**

O crescimento exponencial da população e a expansão da economia mundial no último século desencadearam diversas crises (ambientais, econômicas e sociais), devido à super exploração do planeta. O modelo econômico capitalista norteia todo o sistema de produção mundial, inclusive de alimentos. Pensando nisso, levantou-se a questão central deste artigo: o atual sistema agroalimentar globalizado é capaz de garantir a segurança e a soberania alimentar do Brasil? Essa problemática, que aborda várias características de objetos de estudos, mostra uma deficiência nos meios de produção de alimentos, que privilegiam grandes produtores e exportadores, enquanto a produção do alimento para a população sofre uma violência não criminalizada. Isso implica em relações de poder abusivo, que se estabelece entre o grande proprietário de terra, produtor de monocultura, e o pequeno produtor do alimento, o qual produz o alimento do dia a dia. Esse poder é reconhecido pelo território, que não se apresenta regular e demonstra a desigualdade no meio rural, além das incoerências do sistema adotado para as necessidades de produção e distribuição de alimentos.

Este artigo é um ensaio teórico, que visa contextualizar a temática da soberania alimentar no atual sistema agroalimentar brasileiro, instigando o desenvolvimento de futuros estudos de caso. O artigo foi subdividido em temas, partindo da contextualização histórica do

---

1 Universidade Federal do Paraná. janaccampos@gmail.com

2 Universidade Federal do Paraná. julyanabaroni@gmail.com

sistema agroalimentar globalizado no mundo e no Brasil, para a conceituação de soberania alimentar e posterior correlação dos dois primeiros temas (sistema agroalimentar globalizado *versus* soberania alimentar) e, por fim, foi abordada a questão da territorialidade na agroindústria e na soberania alimentar.

### **Sistema agroalimentar globalizado: contextualização histórica no mundo e no Brasil**

O regime alimentar foi dividido por McMichael (2009) em períodos: o primeiro regime alimentar emerge no último quarto do século XIX, marcado pela hegemonia do Império Britânico, envolvendo importações de produtos tropicais e de ex-colônias de povoamento; o segundo surge no contexto pós-guerra, de 1950 até 1980, quando predominava uma bipolaridade na geopolítica mundial, por meio da Guerra Fria, e os Estados Unidos passaram a controlar e orientar a dinâmica comercial global, visando não perder para o bloco do socialismo real o domínio de certos países; e, a partir do final da década de 80, os processos iniciados no segundo regime se aprofundam, emergindo o regime alimentar corporativo.

Toda a evolução do sistema alimentar está ligada aos imperativos do crescimento e acumulação do sistema econômico existente. A produção de alimentos deixou de ser pensada para suprir as necessidades alimentares da população e passou a ser pensada de forma a satisfazer as necessidades de expansão e acúmulo de capital das grandes corporações, que juntas formam um Império Corporativo (CABEZA, 2010).

A revolução verde e o processo de industrialização da agricultura são dois elementos que permitem trazer uma contextualização introdutória do cenário de emergência dos impérios agroalimentares (FACCO, 2014). No Brasil, a revolução verde teve início na segunda metade do século XX, mas só tomou força na década de 70, devido a incentivos do Governo, que forneceu crédito rural, concedeu incentivos fiscais e subsídios, investiu em pesquisa e extensão rural. Foi instituído um pacote tecnológico no Brasil com o intuito de modernizar o campo, através de investimentos em máquinas e equipamentos e em pesquisas (TRENNEPOHL, 2011). Um conjunto de decisões reorganizou o Estado brasileiro a partir do Decreto-Lei 200, editado em 1967, dando respaldo à política de modernização da nossa economia, consolidando a sua internacionalização e dependência externa (AGUIAR, 1986).

Neste contexto, insere-se o sistema agroalimentar globalizado e consolida-se o agronegócio no Brasil.

### **Soberania alimentar**

O conceito “Soberania Alimentar” surgiu durante a década de 90, com um viés político dos movimentos sociais, na busca de reorganizar o cultivo e a distribuição dos alimentos de qualidade na sociedade.

A Via Campesina Internacional define soberania alimentar como:

o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental ([www.mpabrazil.org.br](http://www.mpabrazil.org.br)).

Para atingir a soberania alimentar, os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e a Via Campesina, lutam diariamente por direitos que pertençam as suas realidades, como a implantação da reforma agrária de forma mais efetiva, já que essa pode favorecer a produção dos alimentos enquadrados no conceito de “Segurança Alimentar”, sustentado pela ideia de soberania alimentar; por uma alimentação de qualidade é que são adotados modelos de produção alternativos como a Agroecologia e os Alimentos Orgânicos, além de distribuição em menores circuitos.

Com suas consequências, voltadas principalmente para o meio social e ambiental, a soberania alimentar estimula avanços políticos e econômicos, já que a produção dos alimentos exige lutas políticas por estímulos as produções alternativas e com valores acessíveis, afetando, por consequência, a economia em vários níveis, principalmente a local.

### **Sistema agroalimentar globalizado *versus* soberania alimentar**

As autoridades mundiais começaram a se preocupar com a resolução do problema da fome a partir da Segunda Guerra Mundial, quando a falta de alimentos assolou a Europa. Inicialmente, percebeu-se a necessidade de algo que garantisse a quantidade e qualidade de alimentos em casos de crise, o que mais tarde originou o conceito de Segurança Alimentar. A falta de alimento afeta incontáveis grupos no contexto mundial, o que aponta sérias

dificuldades no modelo de produção atual, desde a organização até a estrutura do sistema, que engloba a concentração de terras, a fragmentação da produção e o foco no capital, como aponta Cabeza (2013):

*No se trata solo de una extensión cuantitativa de las relaciones mercantiles, sino, sobre todo de un cambio cualitativo en los modos de organización condicionado em grand medida por el protagonismo que ahora adquiere el capital financiero; un capital que a la vez que hace posible la concentración, expansión, y reorganización de las corporaciones agroalimentarias, modula el funcionamiento del sector desde criterios de "racionalización" construidos bajo el imperativo de la "creación de valor" financiero; desde esta lógica se ve estimulada la eliminación de restricciones para la localización, e aprovisionamiento, la producción, la distribución y el consumo agroalimentario.*

A busca pela implantação da soberania alimentar interfere no social, pelo fato da alimentação ser fundamental para o crescimento de um país em todas as perspectivas e, esse conceito em que o ideal é produzir o alimento de acordo com a necessidade e costumes de um povo e facilitar o acesso do que é produzido traz consequências previsíveis. Por exemplo, a partir do momento que todas as classes possuem alimento de qualidade, as diferenças sociais em determinado território se reduzem, as buscas e investimentos em educação crescem, estimulando outras áreas de desenvolvimento que se beneficiam, já que a população está mais capacitada e encorajada a seguir outros caminhos, como a área da saúde - refletindo em melhores condições de saneamento, a área da engenharia civil - para melhores estruturas de moradias em áreas mais vulneráveis, entre outros.

“[...] a industrialização representa, em primeiro lugar, uma desconexão definitiva entre a produção e o consumo de alimentos e as particularidades (e limites) do tempo e do espaço” (PLOEG, 2008). No sistema agroalimentar atual não são levadas em consideração as competências naturais de produção de cada região, nem se o alimento é produzido para suprir as necessidades alimentares da população, tampouco se o produtor rural tem que usar um produto nocivo à sua saúde e a dos consumidores; prioriza-se a produção do que é mais rentável. Independente das consequências sociais, econômicas e ambientais, a produção é voltada para mercados exportadores, descaracterizando o meio em que foi produzido e, por consequência, as culturas nas quais os alimentos cultivados interferem, assim como a saúde de quem planta e colhe. Isto faz com que os alimentos não supram as necessidades da população. Em contrapartida, segundo Altieri (2010), a busca pela implantação da soberania alimentar interfere no social, pelo fato de que a alimentação é fundamental para o crescimento de um país em todas as perspectivas; esse conceito, em que o ideal é produzir o alimento de acordo com a necessidade e costumes de um povo e facilitar o acesso do que é produzido, traz

consequências muito previsíveis e otimistas. Pesquisas e evidências mostram que os métodos agroecológicos já contribuem para a segurança alimentar a nível local, regional e nacional. Além do que, aumentam os níveis de capital natural, humano, social, financeiro e físico nas comunidades agrícolas. Para a potencialização e difusão da agroecologia, políticas públicas são fundamentais, tanto no incentivo e financiamento de novas pesquisas como na conscientização, de produtores e consumidores, da importância da agroecologia e também da produção de alimentos orgânicos.

O conceito da Soberania alimentar sustenta-se desde o início devido a luta intensa dos movimentos sociais do meio rural (como o MST, o MPA e a Via Campesina). Esses grupos representam uma força pela distribuição de terras com vistas ao fortalecimento o setor produtivo. Através da reforma agrária, quem não possui terras, passa a ter, minimizando os conflitos agrários. Por consequência, o alimento poderá ser produzido para as comunidades, e não incentivará a monocultura de *commodities* que traz mais desigualdade social e acentua os problemas de distribuição de renda e também dos alimentos, além de incentivar o uso de organismos geneticamente modificados, agrotóxicos e especulações financeiras, caso este representado pelo agronegócio, que atualmente verticaliza a produção e favorece o modelo de produção exploratório, originado do “*agrobusiness*” como exemplifica Leite *et al* (2012):

(...) *Agrobusiness* passou a ser relacionado pelas entidades do setor não só com a produção agropecuária, mas com outros assuntos correlatos, entre eles, a segurança alimentar e a produção de objetos de uso cotidiano (...) fazem parte do *agrobusiness* não só produtores, processadores e distribuidores, mas também as empresas de suprimentos de insumos e fatores de produção, os agentes financeiros, os centros de pesquisas e experimentação e as entidades de fomento e assistência técnica.

Além dessas incoerências, o agronegócio dificulta o cultivo do campesinato, que fica sem recursos para competir, pois o governo estimula, através de subsídios desleais, os grandes produtores de soja, milho e cana-de-açúcar, cujos produtos são usados para a produção de biocombustíveis e ração para a agropecuária. Levando em consideração as problemáticas do camponês, além das dificuldades comuns no meio rural como a concentração de terras e monopólio de sementes e insumos verifica-se também falta de políticas públicas que favoreçam a classe. Justifica-se assim, a reforma agrária que favorece e prioriza o interesse social, ao invés do econômico, como afirma Altieri (2010):

(...) a redistribuição das terras de cultivo pode ser crucial para alimentar o planeta, sobretudo quando a agricultura em grande escala se dedica a encher os tanques dos carros por meio da produção de agrocombustíveis.

A expectativa consiste em que, através da pressão política constante dos agricultores organizados e dos membros da sociedade civil, os políticos sejam mais responsáveis para desenvolver e impulsionar políticas que conduzam a melhorar a soberania alimentar, preservar a base de recursos naturais e assegurar uma igualdade social e uma coabilidade econômica.

Analisando a proposta da soberania alimentar da perspectiva econômica, os dados são extremamente relevantes, já que a principal questão apontada pelos grandes produtores e seus representantes se dá pelo índice produtivo do sistema agroecológico ou orgânico. Esse mesmo índice surpreende, já que o desenvolvimento agrícola disseminado pelos movimentos citados anteriormente é baseado no rendimento da colheita singular, enquanto que, para o agronegócio, a produção é quantificada pela colheita de safras.

Para perceber as diferenças e os benefícios da agroecologia, basta comparar os dados, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que se tornou em 2017 o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, com a estimativa de colheita de 27 mil toneladas de arroz produzidas em diversos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul (<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>) consorciado com outras culturas. Enquanto que, segundo o Relatório de Projeções do Agronegócio do Brasil 2016/2017 a 2026/2027 o agronegócio produz no Rio Grande do Sul a partir da monocultura de 8.503 toneladas de arroz, justificando ainda como aproximadamente 80% do arroz consumido no Brasil é fornecido por pequenos agricultores. É necessário evidenciar também, que existem dificuldades e problemas na dinâmica de investimentos do governo no meio rural, já que financiamentos e apoios estão disponíveis para grandes latifundiários de forma mais acessível do que para o pequeno agricultor, ocasionando um tipo de violência, já que o estado omite e/ou nega o apoio para o agricultor de pequeno porte, como cita Girardi (2014)

a dinâmica da agropecuária brasileira desde pelo menos a década de 1960 está fortemente ligada os incentivos dados pelo Estado, principalmente em forma de crédito. Neste sentido, desde 1995 o crédito agropecuário no Brasil tem apresentado valores crescentes, saindo de 23,4 bilhões de reais em 1996 e atingindo 114,7 bilhões em 2012. Certo é que a maior parte de todo este recurso é destinado às commodities agropecuárias (carne bovina, grãos e biocombustíveis) e beneficia a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa.

O aumento de investimentos pode amenizar os problemas financeiros do pequeno produtor, lavrador do orgânico, da agroecologia e da agricultura familiar, que visa a soberania alimentar, mas tem dificuldades em realizá-la devido à violência que sofre do governo, o qual negligencia suas culturas e investe no grande capital e no subsídio do mesmo.

A preservação do meio ambiente apresenta debates intensos, principalmente de como a agricultura explora recursos demasiadamente, sem ações que reduzam impactos. Com essa preocupação a relação da agroecologia com a soberania alimentar se consolida, já que o modo de produção prioriza o cuidado com a biodiversidade, o solo e a água, produzindo assim, alimentos considerados “limpos”, tanto pela ausência de insumos químicos como pelo risco de poluição quase nulo que o sistema agroecológico proporciona. Todas essas características do modo de produção incentivam outras soberanias, além da alimentar, como a soberania energética, ou seja, a sustentabilidade e autossuficiência nos recursos necessários para produzir — como os hídricos e energéticos — que acarretam em lutas pela gestão adequada da energia, tanto em ambientes rurais como urbanos, além da consolidação da reciclagem de materiais, permitindo a destinação dos recursos públicos para infraestruturas para quem de fato necessita. O estímulo a outras soberanias ocorre pelo fato da soberania alimentar ser resultante da produção de alimento de maneira mais econômica, com menos irrigação e sem grandes equipamentos, levando a um menor consumo não apenas de energia elétrica, mas também de combustíveis fósseis.

### **Territorialidade na Agroindústria e na Soberania Alimentar**

A partir da compreensão do cenário brasileiro frente aos conflitos de ideais referentes a alimentos, sua produção e distribuição, percebe-se o caso de cooperativas no meio rural que demonstram institucionalmente apoio aos produtores, incentivando-o a investir nos negócios de grande escala, através da geração de lucros exorbitantes. A ideia de cooperativa, que mostra investimentos em sua fábrica, estimulando o produtor a refletir sobre a rentabilidade daquele investimento, muitas vezes dividindo o produtor entre produções alternativas e o rendimento financeiro que uma cooperativa sugere. Essa divisão acarreta em alterações em determinada territorialidade, sugerindo assim uma situação conflituosa no que tange, principalmente, o uso de terra. Geralmente isso ocorre em espaços agroindustriais de destaque (RICHART & SCHLOSSER, 2010 pg 2).

O território, sendo parte do espaço e ocupado, interfere na sociedade que, em geral, possui prioridades em comum e distintas; o conflito se dá pela divergência desses interesses, sendo, nesse caso, a diferença do uso da terra de produtores alternativos, como orgânicos e agroecológicos, que não fazem uso de insumos químicos e agrotóxicos e de grandes

produtores, que fazem uso de transgênicos e agrotóxicos no cultivo, além de máquinas para colheita. Essa diferença de uso e manejo do solo e de prioridades de produção se dá também através da natureza. Exemplo desse conflito é a barreira de vegetação entre uma propriedade e outra para evitar a passagem de substâncias tóxicas da área que produz com insumos químicos para a área livre de agrotóxicos, essa que produz alimentos de qualidade para a população local, facilitando a distribuição, como sugere a soberania alimentar.

O caso de Cooperativas também é conflituoso em sua estrutura interna, com a mudança de objetivos, devido à dinâmica econômica e a industrialização do campo. Como destaca Richart e Schlosser (2010, pg 4)

“com o intuito de 'amparar' os agricultores, incentivando os mesmos a aderirem à modernização, abandonaram assim as formas tradicionais de trabalhar e produzir. Posteriormente foi se expandindo, obteve grande importância para a modernização instigando a implantação de uma agricultura dependente do mercado externo e do sistema financeiro, ocasionando o desnível socioeconômico entre os associados.”

Ou seja, mesmo com a necessidade de mudanças no meio rural e a criação de uma alternativa que favoreceria também aos pequenos produtores, acaba por desvirtuar-se de seu objetivo original, fazendo com que a adoção de métodos da agricultura convencional fossem aplicados no campo. Trazendo para sua estrutura a problemática da obrigatoriedade de produtos da cooperativa, por exemplo, que em sua maioria faz uso de agrotóxicos e transgênicos sem a alternativa de outra produção e com fim de exportação, devido aos grandes índices de produção por safra. Indo na contramão da soberania alimentar e não sofrendo, por sua vez, a intervenção do governo através de políticas públicas que favoreçam a todos os tipos de produção e deem prioridade a quem produz alimento para o povo. É importante ressaltar ainda, que existem órgãos e acordos que regem como uma cooperativa deve agir, prevenindo assim que uma instituição não se torne prejudicial à sociedade, mesmo que a longo prazo, como mostra Richart e Schlosser em Copagril: Relações de poder para com os associados em Marechal Cândido Rondon (2010)

“segundo (MÜNKER *apud* RECH, 2000, p. 23), as cooperativas brasileiras não se adequaram aos valores cooperativistas estabelecidos em 1995 pelo congresso da Aliança Cooperativa Internacional (AIC), que são ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, ética, honestidade, transparência, preocupação com os demais, livre acesso, adesão voluntária, combate à discriminação.”



## Considerações Finais

A soberania alimentar é incompatível com o sistema agroalimentar atual já em sua definição, pois prioriza a qualidade do alimento e visa uma distribuição mais justa e igualitária.

O atual sistema agroalimentar brasileiro é uma combinação das questões políticas e econômicas que ocorreram no país ao longo da sua história. Ao mesmo tempo em que buscava garantir a soberania do país e a segurança alimentar da população, durante a década de 70, o governo abriu as portas da economia para investimento estrangeiro, e os maiores investimentos em agronegócio no país foram realizados por multinacionais, apesar da política de financiamento criada pelo governo. Nem a produção, nem o dinheiro ficam no Brasil.

O sistema agroalimentar não pode ser visto só do ponto de vista econômico ou político, precisam ser levadas em consideração as questões sociais, culturais e ambientais, como um prisma olhado por todos os seus ângulos. As divergências de interesses nas formas de cultivos, investimentos e consumo acabam por influenciar a população de maneira muito invasiva, muitas vezes sem o direito de escolha da origem do produto e seu manejo no campo principalmente pela deficiência no acesso a informação.

Além da condição abusiva das relações de poder no campo, onde percebe-se a necessidade de políticas públicas que regulamentem as divergências e as prioridades de produção, que visem de alguma maneira a problemática da distribuição de alimentos no território, além de levar informações para a população sobre a necessidade de produzir e consumir alimentos que não ofereçam os desconhecidos riscos dos transgênicos e de agrotóxicos.

A condição abusiva das relações de poder no campo demonstra a necessidade de políticas públicas que regulamentem as divergências e as prioridades de produção e que visem, de alguma maneira, a problemática da distribuição de alimentos no território e de informações para a população sobre a necessidade do estímulo ao cultivo e consumo de produtos que não possuam a intervenção de biotecnologias.

## Referências Bibliográficas

AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. Resenha. São Paulo: Polis/CNPQ, 1986, 156p. In: Caderno de Difusão Tecnológica, jan-abr, p 189-198. Brasília, 1986. Disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9224>. Acesso em: 16/04/2015.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e Soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p.22-32, jan-jun/ 2010.

CABEZA, M. D. El sistema agroalimentario globalizado: imperios alimentarios y degradación social y ecológica. **Revista de Economía Crítica**, n. 10, 2010.

Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. BBC Brasil. 07.mai.2017 . Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em 30.out.2017.

FACCO, V. A. B. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: estudo sobre o acampamento José Lutzemberg (MST-Antonina-PR)**. 98 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GIRARDI, E. P.; RIBEIRO, E. S.; PAULI, L. Dinâmicas Recentes do Campo Brasileiro: Atualização e Aprimoramento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2014. 12 f. - Curso de Geografia, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2014.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 81-87.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 36, nº 1, January 2009. p. 139 – 169.

O Brasil tem de saber que a agroecologia é possível, afirma Dilma. **Brasil de Fato**. 21.mar.2015 . Disponível em: < <http://www.brasiledefato.com.br/node/31657> >. Acesso em 26. abr. 2015.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RICHART, M. S., Marli T. S. Relações de poder para com os associados em Marechal Cândido Rondon-PR (1990-2008). Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Mariangela%20Richart.pdf>. Acesso em: 02/07/15.

RICHART, M. S., Marli T. S. Organização territorial da Copagril: estratégias nas unidades de ação e suas relações de poder no oeste paranaense e sul do mato grosso do sul. **Anais...** Porto Alegre: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010.

Soberania alimentar. Disponível em: <http://www.mpabrazil.org.br/soberania>. Acesso em: 02/07/15.

TRENNEPOHL, V. L. Formação e Desenvolvimento Brasileiro. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.